

Embora bem elaborada a R. decisão da CPL, a mesma não fez a devida justiça conforme será fartamente discorrida a seguir:

**1) DA EMPRESA G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS**

**a) DAS INVALIDADE E INEFICÁCIA DAS DECLARAÇÕES**



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 93 Fls. 429  
PRESIDENTE DA C. P. L.

No que tange à decisão de habilitação da licitante G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS, a mesma não merece prosperar, uma vez que as CPL deixou de apreciar os efeitos das declarações enunciadas por esta licitante nas fls. 385, 386 e 387. As quais não granjeiam força vinculante ante ao presente certame, sobretudo o conteúdo de tais documentos referem-se à modalidade Tomada de Preços 0001/2019 ao qual descabe no presente instrumento, sendo certo o processamento como Modalidade de Concorrência 0001/2019 por força dos requisitos do presente instrumento convocatório, da lei 8.666/93 e cumprimento de decisão exarada pelo TCE/RJ.

Circunstanciando tal decisão equivocada de deferimento da habilitação G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS pela CPL, impende destacar, que a declaração de atendimento às especificações elaborada pela ora licitante, dirigi-se à Modalidade Tomada de Preços 0001/2019, no mesmo compasso procede a declaração de que não emprega menor e a declaração de inexistência de fato superveniente, todos esses documentos tinham o objetivo em comum: adequação aos itens V.01.01, "h", V.01.01, "i", V.01.01, "j" do certame MODALIDADE CONCORRÊNCIA 0001/2019. Ora, como habilitar uma licitante que não apresenta manifesta obrigação, fundamentos de fato e de direito diante da escoreita Modalidade de Licitação Concorrência nº 001/2019, face à Administração Pública?

No mesmo esteio, é imperioso enfrentar que as declarações de qualificação dos profissionais, requisito de habilitação, conforme item V.01.03, "b" do edital, exaradas pela G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS, presentes na fls. 404, 409, 413, 416, 419, 422, 425, 427, 430, 435, diga-se emitidas pela própria licitante, TODAS, sem restrições, manifestaram vontade perante a uma modalidade descabida: Tomada de Preços 0001/2019. Portanto, não podendo permanecer a possibilidade de habilitação, ante a tumultuária documentação, isto pois, repita-se, esta-se-á sob o julgamento de um procedimento e rito distinto, CONCORRÊNCIA 0001/2019, destarte tais documentos emitidos pela licitante não estão dotados de adequação substancial ao presente certame, tornando inexistente a conformidade com o instrumento convocatório.

10

Nesses termos, o Código Civil dispõe:

Art. 139. O erro é substancial quando:

**I - interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;**



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 93 Fls. 480  
PRESIDENTE DA C. P. L.

(grifos nossos)

Ante aliunde, os efeitos de subsunção das declarações pela CPL, com objeto a uma tomada de preços, violam frontalmente não só disposição legal, mas também o princípio basilar Ordenamento Jurídico Brasileiro: A segurança jurídica. Isto pois a licitante enuncia e assume obrigação com finalidade a uma modalidade incapaz de verificar efeitos perante ao presente certame. Destarte, a manutenção da habilitação pela CPL engendra em mácula à estabilidade das relações oriundas, sendo fartamente visível ao verificar a suposta sagração da licitante como vencedora e descumprimento de qualquer obrigação avençada, a qual poderá se furtar ao inadimplemento dos preceitos potestativos editalísticos, tendo em vista que enunciou efeito vinculante a uma modalidade distinta, inexistente.

Quanto à manifestação de vontade, elucida-se que a G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS gerenciou uma documentação sobre duas modalidades distintas, conscientemente, fundamento o qual permanece hígido ao enfrentar a fl. 438, o qual a licitante se refere ao edital em comento Concorrência 001/2019. Afastando alegação o animus de unidade entre as modalidades.

Se o Edital na Modalidade Tomada de Preço foi considerado ilegal, o que forçosamente obrigou a CPL abrir novo Edital na modalidade Concorrência, como, então, data vênia máxima, acatar declarações voltadas para modalidade incompatível e estranha ao processo licitatório em tela? Acatar tais declarações é afrontar ao que já decidiu o TCE/RJ, ou seja, é colocar em xeque a validade e toda a licitude do processo licitatório MODALIDADE CONCORRÊNCIA 001/2019. Uma questão de segurança jurídica! O direito não socorre aqueles que dormem! A balbúrdia documental não pode prevalecer sobre a segurança jurídica!

#### **b) DA INEXISTÊNCIA DO TERMO DE VISTORIA TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA 0001/2019**

Verifica-se que a licitante G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS declara ter vistoriado as instalações do órgão para o presente certame, requisito de habilitação por força item V.01.03, "f" do edital em comento, contudo apresenta um termo de visita técnica, conforme fls. 439, referente a Tomada de

Preços 0001/2019, não podendo prosperar a declaração de vistoria técnica da licitante com base no termo acostado.



PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 93 Fls. 487  
PRESIDENTE DA C. P. L.

Nesta toada, o anexo VII do edital deixa evidente "(...) A empresa ~~deverá~~ *deverá redigir sua declaração conforme o caso em que se enquadre. Na declaração de vistoria, deverá coletar a assinatura do servidor público da Câmara Municipal de Nova Friburgo que o acompanhou durante a visita.*", portanto o termo apresentado pela licitante, além de apresentar modalidade diversa, está datada como 23 de janeiro de 2019, conflitando com os termos do edital o qual consta a expressão "deverá", ou seja, pró-futuro e até o momento de abertura dos envelopes, jamais podendo ser convalidada pela administração um termo anterior a publicação do edital, ocorrida no dia 17 de julho de 2019, sob pena de violação do princípio da vinculação do instrumento convocatório, salvo se a referida licitante tem o poder de futurologia ou vidência...

No item V.01.03 da capacidade Técnica, alínea "f" determina "declaração de Vistoria ou Renúncia (anexo VII). No modelo do anexo VII, da Modalidade Concorrência 0001/2019, diz in verbis: "(...) *Declaro que vistoriei minuciosamente a infraestrutura do local de prestação de serviços constantes no do objeto do Edital da Concorrência nº 001/2019 (...).* O modelo também dá a opção de renunciar a vistoria. Ocorre que a licitante não seguiu nenhuma das duas possibilidades previstas no Edital, ou seja, não renunciou a vistoria e também não apresentou declaração de acordo com o exigido no Edital em tela. A referida empresa buscou uma terceira via, não prevista no Edital, para tentar "inovar" uma vistoria, em desconformidade com o Edital da Concorrência em tela. Tal documento apresenta vício insanável, já que além de não está datada, refere-se a uma outra licitação de modalidade Tomada de Preço nº 0001/2019 que foi anulada pelo TCE/RJ.

O que se infere é que a licitante mescla duas declarações a de vistoria e renúncia, contudo não alcança o fim pretendido pela administração, qual seja assumir o risco de não vistoriar ou de vistoriar no momento oportuno, até porque não se sabe se nesse lapso temporal, mais de seis meses, a estrutura do órgão para a consecução do projeto básico do certame seria idêntica. Ante explanado, a manutenção da decisão de habilitação violaria o próprio edital, tornando nulo tal ato.

Segundo o princípio da legalidade, o administrador não pode fazer o que bem entender na busca do interesse público, ou seja, tem que agir segundo a lei, só podendo fazer aquilo que a lei expressamente autoriza e no silêncio da lei está proibido de agir. Hely Lopes Meirelles define: "A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem